



BOLETIM NACIONAL

ÓRGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES – NOVEMBRO 1984 – Nº 8

Diretório convoca novo Encontro Nacional

O processo sucessório caminha aos trancos e barrancos para o Colégio Eleitoral, e já há quem fale em golpe de Estado. Que posição deve adotar o PT frente ao Colégio Eleitoral? Reafirmar a anterior, de não ir ao colégio? Ou modificar essa posição, como querem alguns companheiros? As discussões do Diretório Nacional, reunido nos dias 20 e 21 de Outubro, especialmente para resolver essas divergências, concluíram pela necessidade de alguma forma de consulta ampla às bases do partido, mantendo-se, por enquanto, a decisão anterior de não ir ao Colégio Eleitoral. As discussões sobre a forma de consulta polarizaram-se em torno de duas propostas; a de convocação de um amplo plebiscito sobre o ir ou não ir ao colégio, e a de convocação de um novo Encontro Nacional. Venceu uma proposta de consulta às bases culminando com um novo Encontro Nacional, que em certa medida conciliou as duas posições.

O Encontro Nacional será realizado nos dias 5 e 6 de janeiro. Até lá, as bases do partido debaterão as propostas específicas de posicionamento em relação ao Colégio Eleitoral, e votarão essas propostas através do processo especial de consulta. Mas o Encontro não se limitará ao episódio Colégio Eleitoral. Como definir nossa posição frente a um eventual golpe de Estado? E como definir nossa posição frente ao novo governo, que se apresenta como um “governo de transição?” Como se posicionar perante as lutas dos trabalhadores, com o advento do novo governo? E mais: o Encontro debaterá propostas de ação para o biênio 85-86, que culmina com as eleições de novembro de 1986. Para esse debate, a Comissão executiva está preparando um texto de abertura que será distribuído a todo o partido.

PT CONSULTA AS BASES

Se existem divergências entre alguns dirigentes do Partido, nada melhor do que pedir às bases que decidam. Junto com os Encontros Municipais, o Diretório Nacional decidiu realizar ampla consulta entre seus filiados sobre a questão do Colégio Eleitoral. A direção nacional mantém a posição definida no Encontro de abril, conforme se pode ver pelo Manifesto que publicamos neste número do BN. Mas ao mesmo tempo, decidiu abrir a questão ao debate no interior do Partido.

Temos três propostas nesta Consulta. A proposta 1 (pág. 3) defende a posição atual e foi redigida, a pedido da Comissão Executiva Nacional, pelo companheiro Ruy Falcão. A proposta 2 (pág. 4) pede mudança na posição atual e é assinada pelos companheiros Marco Aurélio Ribeiro e Ayrton Soares. A proposta 3 (pág. 4), também pedindo mudanças na posição atual, é assinada pelo companheiro Paulo Singer. Leia as três propostas e compareça ao Encontro Municipal do PT para dar o seu voto.

NESTA EDIÇÃO:

O momento político e o PT – manifesto do Diretório Nacional (página 2)

Tudo o que você deve saber sobre os encontros (página 5)

O Plano de Ação (página 6)

Campanha financeira passa dos 11 milhões (página 6)

As datas e a pauta dos Encontros

Os Encontros Municipais poderão ser realizados em qualquer das datas seguintes: 24 de novembro, 25 de novembro, 19 de dezembro, 2 de dezembro. Já os Encontros Estaduais terão data unificada: nos dias 15 e 16 de dezembro. O Encontro Nacional será realizado nos dias 5 e 6 de janeiro de 1985, em local ainda a ser definido.

A Comissão Executiva Nacional propôs a seguinte pauta para os encontros:

1 - Atualização do Projeto Político do Partido dos Trabalhadores, visando 1985 e 1986.

2 - O momento político atual e a posição do PT.

3 - As propostas da Comissão Executiva Nacional quanto ao Regimento Interno:

a - as relações entre os organismos dirigentes do PT;

b - as contribuições financeiras dos filiados e militantes.

A Comissão Executiva Nacional está preparando as propostas referentes aos itens 1 e 3. As propostas sobre a questão do Colégio Eleitoral (item 2), estão nas páginas internas desta edição do Boletim Nacional.

O PT e o momento político

Consolida-se no país a tendência de a sucessão presidencial culminar no Colégio Eleitoral, hoje regulamentado graças ao acordo entre o PMDB e o PDS, apesar das tentativas de obstrução do PDT e do PT, que resistiu até o último momento. Reduzem-se, assim, praticamente a zero as chances de aprovar uma emenda de diretas-já. O quadro sucessório, portanto, apesar das grandes manifestações da campanha pelas diretas e do saldo político que ela deixou, está definido de acordo com os interesses das classes dominantes. O PMDB, que nas eleições de 1982 já dera um grande passo à direita ao incorporar o PP, deslocou-se ainda mais para a direita quando, decidindo abandonar a campanha das diretas, uniu-se a parte do PDS na Aliança Democrática para garantir maioria no Colégio Eleitoral.

Os dois partidos dominantes acabaram por dar-se as mãos para, juntos, regulamentarem o Colégio

Assim transformados, os dois partidos dominantes acabaram por dar-se as mãos para, juntos, regulamentarem o Colégio e promoverem uma sucessão onde ao povo só é reservado o lugar de espectador de um jogo do qual não participa. Agora, 686 delegados do Colégio vão substituir 60 milhões de brasileiros aptos a votar em eleições diretas, nas quais seguramente os candidatos seriam outros.

Desta forma, ao povo que exige mudanças não é dado influir no processo. Juntamente com o povo, importantes correntes políticas que sempre estiveram na luta contra a ditadura cumprem o papel subalterno de carregar o andor de velhas oligarquias, latifundiários, empresários, banqueiros, que se converteram nos "democratas de 26 de abril". Esta enorme manipulação é feita através de mobilizações populares, que, convocadas a pretexto de combater o malufismo — repudiado por toda a Nação —, servem de respaldo a uma candidatura que acolhe também elementos do malufismo e seguidores do regime de 64. É preciso combater o malufismo hoje e sempre, o que significa não manter a mística de um candidato praticamente derrotado antes mesmo da reunião do Colégio. Isto porque, ali, não se trata somente de comprar votos desse ou daquele delegado, mas antes de assegurar a continuidade do sistema militar e da exploração capitalista. Nisto, a candidatura Tancredo, que representa uma articulação das classes dominantes mais poderosa do que a de Maluf, desempenha melhor a função de proclamar mudanças sem nada mudar.

Tudo indica que Maluf está derrotado, pois, sustentado pela corrupção e pela violência desses 20 anos de ditadura, representa o lado que se quer superar no regime. Por representar a velharia incômoda da opressão, perdeu bases

de sustentação nas classes que, embora defendam a continuidade do regime, desejam imprimir-lhe uma direção capaz de perpetuar seus interesses. Assim, pode-se dizer que Maluf é hoje um representante minoritário de sua própria classe, a burguesia. Maluf é produto de 64, sem povo, sobre o povo. E, se ainda mantém sua candidatura é porque, também no Colégio, recruta aliados para liderar um partido popululista de direita, escorado no que restar do PDS. Esta parada Maluf perdeu, mas pode ressurgir adiante, reunindo em torno de si os escombros de 64, muitos deles adversários de hoje, mas aliados de ontem.

Tancredo, como ele próprio declarou, é a cara nova de 64, contra a subversão, a corrupção, a repressão fora da ordem burguesa. É apoiado pelo maior bloco das classes dominantes já formado no país, sendo o preferido dos grandes empresários, dos banqueiros, das multinacionais, e de uma ala dos militares. Associado ao PDS dissidente, Tancredo não só tenta assegurar a vitória no Colégio como realiza, por outras vias, uma antiga aspiração do general Golbery, um correligionário de Maluf que estimulou a fundação do PP. Ou seja, a manobra de isolar setores populares e de esquerda representados também no PMDB. Basta ver que lideranças oposicionistas do Nordeste, que sempre combateram as oligarquias e o latifúndio, encontram-se hoje, a contragosto, submetidas ao esquema político dos governadores do PDS, na grande maioria partidários de Tancredo.

Este processo de tentativa de destruição do setor oposicionista do PMDB é favorecido pelo conformismo de partidos de esquerda que não conseguiram ainda compreen-

A candidatura Tancredo representa uma articulação das classes dominantes

der quem são seus aliados fundamentais em um país empobrecido e de gente explorada como o nosso povo. O antigo balaio de gatos que era o PMDB converteu-se, com a Aliança Democrática, num grande balaio de gatos e ratos.

Na medida em que a Aliança Democrática, com Tancredo e Sarney, tem quase que consolidada sua vitória no Colégio Eleitoral, o antimalufismo tende a declinar, a despeito das especulações prorrogacionistas e das ameaças de golpe que o PT desde já denuncia e repele. Desse modo, Tancredo dá o tom da campanha indireta e vai aos poucos vestindo a farda para poder tomar posse em março de 1985. Os partidos clandestinos são convencidos a ficarem mais clandestinos e a recolherem suas bandeiras nos comícios, para não provocar os militares; o golpe de 64 é defendido em seus ideais, para pacificar e tranquilizar os militares. O resultado das eleições de 1982 é fraudado para beneficiar os pedessistas perdedores. E de Minas vem o modelo de um futuro governo tancredista: o derrotado como candidato a vice-gover-

nador na chapa do PDS é indicado secretário da Segurança no governo do PMDB. No Nordeste, o presidente do velho PMDB não pode circular livremente durante as solenidades de adesão dos governadores do PDS à candidatura Tancredo.

Esta guinada à direita da candidatura da Aliança, que de democrática só tem o nome, busca consolidá-la com o

Maluf é hoje um representante minoritário de sua própria classe, a burguesia

aval do Planalto, com a aceitação dos militares. Ela pretende, igualmente, estancar as reivindicações populares dentro dos limites tolerados pelo regime, que não mudará no fundamental. Por isso, Tancredo não pensa em reforma agrária (afinal, como dividir as terras de seu próprio vice?), não rompe com a política do FMI (Fundo Monetário Internacional); propõe um SNI (Serviço Nacional de Informações, à paisana; mantém a LSN (Lei de Segurança Nacional); convoca os trabalhadores para a colaboração com os patrões; e, num passe de mágica, adia qualquer solução de compromisso, remetendo-as para o Congresso de 1986, que promete transformar em "Constituinte".

Por isso tudo, é um grave erro político imaginar que haverá condições para, no interior do governo da Aliança Democrática, empurrar o bloco das classes dominantes

em direção ao centro ou à centro-esquerda. Como é igualmente ilusório supor que, sem a "legitimação" do voto no Colégio Eleitoral, fica impossível fazer oposição ao governo ali nomeado.

Contra a chantagem do malufismo e o projeto de transição proposto pelas classes dominantes, o PT reafirma sua disposição de boicotar o Colégio e de não participar da votação indireta de 15 de janeiro de 1985. O PT conclama todos os seus militantes, os setores populares, sindicatos, correntes partidárias, entidades a se contraponem ao regime autoritário e ao pacto das elites, a fim de darem um sentido à ação das oposições e à luta pela democracia. Para que esta ação se efetive, é preciso que o PT e as demais forças democráticas e populares se articulem em torno de um programa comum, abrindo caminho à participação crescente dos trabalhadores e de suas organizações no debate e nas decisões dos problemas do país. Temos que unificar nossa ação no sentido de conformar uma plataforma comum de lutas sociais, políticas, no plano sindical, das lutas populares e do Parlamento.

Desse modo, a fim de preparar o Partido para o momento, de tornar mais ofensiva sua ação e de divulgar de forma mais ampla nossa posição, convocamos todos os petistas para a pré-Convenção Nacional, marcada para 5 e 6 de janeiro de 1985.

Diretório Nacional, 21 de Outubro de 1984



PROPOSTA 1 Manter-se fiel às origens ou diluir-se

"O PT nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e partidos comprometidos com a atual ordem econômica, social e política".

Nunca foi tão necessário, como agora, relembrar este princípio da fundação do PT. Principalmente porque, mais uma vez em poucos anos, o partido se depara com o mesmo dilema: manter-se fiel às origens ou diluir-se no interior da Aliança Democrática. As ameaças à proposta de construção do PT vêm desde sua origem. Primeiro, diziam que ele era inviável. Depois, propuseram que o PT se juntasse ao PMDB e ao PP, para não favorecer a "divisão das oposições" ("O PT não se funde nem se confunde", foi nossa resposta). Por último, a chantagem do voto útil, em 1982. Não contentes, pretenderam que nos integrássemos aos governos ditos de oposição, sob o argumento de que, à margem do aparelho de Estado, o PT iria se isolar e tender a desaparecer. . .

Agora, ainda que com outra fachada — a escolha do mal menor — o

voto útil está de volta: ou o PT comparece ao Colégio ou vai cair no isolamento. Evidentemente, não se trata de condenar companheiros que, por dúvidas, falta de clareza ou até convicção política, divergem da atual orientação do partido e propõem que o PT vote na eleição indireta. Seja para apoiar a Aliança Democrática, seja simplesmente para "votar contra Maluf". Trata-se, isto sim, de deixar claro que a participação no Colégio, nesta conjuntura e diante das candidaturas em jogo, pode ter como consequência isolar o PT de sua principal base social, que está entre os trabalhadores da cidade e do campo. Justamente o efeito de isolamento que muitos companheiros temem e supõem estar evitando ao recomendarem a ida ao Colégio. . .

Assim, ir ou não ir ao Colégio neste momento só é uma falsa questão para quem pensa, com nossos oito votos, influir nos resultados. Isto porque, graças ao apoio de empresários, banqueiros, militares e com ampla maioria junto aos 686 delegados, Tancredo só não vencerá Maluf se ocorrer um golpe, que pode ser evitado apenas pela mobilização popular e não pelo comparecimento ao Colégio.

Mas comparecer ao Colégio não é uma falsa questão para quem quer ir ao Colégio. Para os que, na ilusão de influir no governo a partir de dentro, propõem o voto na Aliança Democrática. Ou para os que, em nome de

evitar o retrocesso, propõem o voto contra Maluf (e não a favor de Tancredo . . .), imaginando que só assim o PT terá condições de vencer o isolamento e legitimar-se como oposição.

A nosso ver, o fundamental hoje é preparar o partido para organizar as lutas sociais. Neste sentido, além de preservarmos nossa independência política, temos de articular uma frente oposicionista que se contraponha ao pacto das elites, ao retrocesso e ao regime militar — cuja continuidade, no fundamental, a atual sucessão indireta consagra.

Cabe ao PT e às demais forças democráticas e populares definirem uma plataforma comum e lutarem para abrir campo à participação crescente dos trabalhadores e de suas organizações no debate e nas decisões dos problemas do país. É urgente que, desde já comecemos a unificar nossa ação para desenvolver, de forma consequente (e sem nos desligarmos do plano institucional), um conjunto de lutas sociais, políticas, no plano sindical e no das lutas populares. Desse modo, o PT não só romperá o cerco que tentam nos impor, como, mais importante até, retomará a iniciativa de construir a democracia pelas mãos dos trabalhadores.

(esta proposta representa a atual posição do PT. Por determinação da Executiva Nacional o companheiro Rui Falcão, redigiu).

PROPOSTA 2

Ir ao Colégio para votar contra o fascismo

Nunca foi tão necessário ter iniciativa política e posições firmes diante do trágico agravamento do desemprego, das crises da habitação e da previdência, do nível de corrupção, do controle externo da economia nacional e da fome cruel que atinge os brasileiros da cidade e do campo.

A grande mobilização pelas "diretas já" foi possível devido à consciência destes problemas e foi vista, pela maioria dos brasileiros, como algo capaz de alterar essa situação, conduzindo a um governo legitimado pela vontade popular e, assim, com força para enfrentar nossas grandes questões.

A bandeira das "diretas já" é tão legítima e atual como antes, mas é inegável que o recuo de alguns setores de oposição, a fragilidade das alianças

e a resistência do regime levaram a vezes no Congresso Nacional, chegando a desacreditar, ainda mais, a possibilidade de mudanças de profundidade dentro do atual quadro parlamentar. É preciso continuar essa luta por eleições diretas e por uma Assembléia Nacional Constituinte. Da mesma forma, é necessário definir a posição a ser tomada se a sucessão presidencial não se der pelo voto popular, e sim na lamentável alternativa do Colégio Eleitoral. Nesse caso, duas candidaturas se apresentam: a que corresponde a uma clara continuação e provável agravamento do autoritarismo, e outra que acena com mudanças gradualistas a partir de aliança com parte do próprio regime. Nenhuma dessas candidaturas corresponde aos interesses do povo brasileiro. Particularmente a do PDS representa um retrocesso real, estreitando o espaço de ação política duramente conquistado nos últimos anos, ao mesmo tempo em que aprofundará a submissão da nação às forças imperialistas. Não há como depositar esperanças na postura ambígua de Tancredo Neves, nem há como esquecer que a aliança que o viabiliza inclui muitos que impediram exatamente as eleições diretas. Isto, no entanto,

não constitui motivo, em nome de que princípio for, para deixar de se definir contra o retrocesso, ainda que isto implique em ir ao Colégio Eleitoral votar contra Paulo Salim Maluf.

Na realidade, a falsa questão "ir ou não ao Colégio" impede uma tomada de posição frente às questões mais essenciais do momento e prejudica o prosseguimento da luta pelas diretas já, isolando-nos dentro do campo oposicionista. Posicionando-nos pelas diretas já, sem afastar a hipótese de ir ao Colégio votar contra o fascismo, estaremos facilitando o reagrupamento das forças progressistas e a elaboração de um programa de metas que, além das diretas e da constituinte, represente os demais anseios da classe trabalhadora. A elaboração desse programa pode motivar uma frente popular da qual o PT será parte essencial, pode reativar a ação política no meio sindical e no restante da sociedade civil. Mais que isto, um tal programa seria um ponto de aglutinação para a ação política desde já e diante do próximo governo com as contradições que este apresentará.

(Marco Aurélio Ribeiro e Airton Soares)



PROPOSTA 3

Negociar um acordo programático

A estratégia do PT, face à sucessão presidencial, foi desde o princípio lutar para que ela se fizesse mediante eleição diretas. É uma estratégia coerente com os princípios democráticos, mas com data marcada. A luta pelas eleições diretas só deve terminar com a conquista das mesmas, mas a possibilidade de que elas venham a acontecer nesta sucessão vai se esgotando à medida que o tempo passa e a data da eleição (indireta) se aproxima.

Portanto, chegou a hora de rever a estratégia em relação a esta sucessão presidencial. Não se trata do PT pura e simplesmente aderir a Tancredo, para impedir a improvável vitória de Maluf, a não ser que a correlação de forças mude — o que a esta altura já é altamente improvável — Tancredo tem a vitória assegurada por uma margem muito mais ampla do que os oito votos do PT. Além disso os que na esquerda vêm como seu principal papel o de

evitar o mal maior, estão todos no PMDB. A razão de ser do PT é o de oferecer aos trabalhadores uma opção boa, que de fato represente seus interesses. Isso significa, na atual conjuntura, negociar com Tancredo e as forças que o apoiam um acordo programático que permita aos representantes do PT votar nele no colégio eleitoral. O fundamental é que tal acordo comprometa publicamente o candidato com uma série de medidas concretas de interesse vital para os trabalhadores, tais como: direito de greve, autonomia

a liberdade sindical, salário-desemprego, uma política salarial que assegure o aumento real dos baixos salários, redução da jornada legal de trabalho, garantia da posse da terra aos posseiros etc. . .

O que se pode e deve almejar é a garantia de que sob o próximo (provável) governo de Tancredo, o movimento operário e popular terá mais espaço para atuar e verá algumas de suas reivindicações mais sentidas serem atendidas.

Convem trazer o resultado desta negociação a uma próxima Convenção Nacional do PT, para que decida se a postura de Tancredo merece os votos do partido. Se a convenção verificar que os compromissos assumidos por Tancredo contribuem para o avanço da luta dos trabalhadores aprovará o apoio do PT à sua candidatura. Se a convenção decidir que as concessões programáticas obtidas do candidato não justificam tal apoio, ficará meridianamente claro a todos que a abstenção do PT no colégio não decorre de um "principismo" estéril mas da sua coerência na defesa dos interesses do povo trabalhador.

(Paul Singer)

PT	
PARTIDOS DOS TRABALHADORES	
Consulta sobre o Colégio Eleitoral.	
Proposta 1	()
Proposta 2	()
Proposta 3	()
Assinale só uma alternativa.	

Modelo de cédula para a Consulta

Tudo o que você deve saber sobre os Encontros

Normas para o encontro Municipal e a consulta

A Consulta sobre a posição do PT face do Colégio Eleitoral será feita junto com os Encontros Municipais. A Comissão Executiva Nacional resolveu estabelecer algumas normas que devem ser obedecidas por todos os Diretórios Municipais, Distritais e Zonais, para uniformizar a organização dos trabalhos e facilitar a coleta dos resultados.

1 - A Consulta e o Encontro Municipal se realizarão no mesmo horário, das 9 às 17 horas. Isso significa que qualquer filiado ou militante do PT poderá, em qualquer momento dentro deste horário, dar o seu voto na Consulta e, se quiser, também o seu voto na eleição de delegado.

2 - As 9 horas, na abertura do Encontro e da Consulta, o Diretório abrirá uma lista de presença a ser assinada por todos os filiados que compareçam para a consulta ou para a eleição de delegados.

3 - Desde a abertura dos trabalhos haverá duas urnas, uma para a escolha dos delegados, outra para a consulta.

4 - O Diretório fixará horário próprio para os debates, de preferência na parte da manhã. O horário dos debates deverá ser fixado com antecedência e avisado a todos os filiados, os quais serão convidados a participar. A fixação deste horário não prejudica, porém, os direitos dos filiados fixados no item 1.

5 - Na abertura dos trabalhos, deverão estar prontas as chapas ou listas de candidatos a delegados. A Comissão Executiva Nacional recomenda que tais chapas ou listas estejam prontas com 1 dia de antecedência à realização do Encontro.

6 - Para os Encontros Municipais e para a Consulta haverá uma ata-padrão, conforme o modelo publicado neste BN.

7 - Este número do BN deverá ser

afixado, em frente e verso em todos os locais do Partido, e, onde possível, nos locais de trabalho e de estudo onde haja militantes e filiados do PT de modo a ampliar o debate partidário.

O Modelo da Ata

Preencher a seguinte ata especial em 3 vias (1 para o próprio Diretório Municipal, 1 para o Diretório Regional e 1 para ser diretamente enviada ao Diretório Nacional à Rua Desembargador Guimarães, 72 - CEP: 05002 - São Paulo - SP):

Aos dias do mês de do ano de 1984, o diretório municipal de reuniu-se em Encontro Municipal à (endereço)..... Iniciado os trabalhos abriu-se uma lista de presença dos filiados e duas urnas, uma para a consulta dos filiados e outra para a eleição de delegados ao Encontro Regional. O quorum do município é de filiados. Ao final constatou-se que assinaram a lista de presença filiados, votaram na urna da consulta filiados e na urna para escolha dos delegados filiados. O resultado da consulta foi o seguinte: proposta 1: votos, proposta 2: votos, proposta 3 votos, votos em branco, votos nulos. Foram eleitos como delegados ao Encontro Regional os seguintes companheiros:

O Encontro foi aberto às 9 horas e se encerrou às 17 horas. Assinam esta ata o presidente do diretório municipal, o secretário e os 2 escrutinadores nomeados para a apuração dos votos. Data e observações.

Nota: mesmo que não haja quorum para a escolha de delegados, registre e envie o resultado da Consulta.

Trechos do regimento interno

Transcrevemos alguns trechos do Regimento Interno do PT, que serviu para orientar e facilitar a realização dos Encontros:

CAPÍTULO III DOS ENCONTROS E CONVENÇÕES

Art. 28º . . .

Parágrafo Único — As respectivas Comissões Executivas poderão convocar, em caráter excepcional, encontros a níveis municipal, estadual e nacional, justificando os motivos da convocação ao Diretório respectivo.

Art. 29º — Constituem os Encontros do Partido com direito à voz e voto:

a) no âmbito municipal, todos os filiados com domicílio eleitoral no respectivo município;

.

Art. 30º — Os Encontros Municipais terão caráter deliberativo desde que contem com a presença de delegados em número não inferior ao mínimo exigido em lei para a respectiva convenção oficial. Os Encontros Estaduais e Nacional terão caráter deliberativo desde que contem com a presença de 50% + 1 do número de delegados a que os Diretórios Distritais/Municipais/Zonais e Regionais respectivamente têm direito.

.

Art. 33º — O critério da proporcionalidade para eleição de delegados ao Encontro Regional deverá ser fixado pelo Diretório Regional, conforme a realidade do Partido em cada região.

.

Art. 35º — Os delegados eleitos nos Encontros Municipais e nos Encontros Estaduais serão credenciados respectivamente pela Executiva Regional e Nacional, desde que seus diretórios façam chegar ao órgão superior com uma semana de antecedência do Encontro Estadual ou Nacional, as respectivas atas dos Encontros que dão conta de sua eleição como delegados. O credenciamento de delegados estará sujeito também à comprovação pelos Diretórios do número de seus filiados (mediante apresentação da Certidão da Justiça Eleitoral) e do pagamento de suas contribuições financeiras.

BOLETIM NACIONAL

nº 8 - 10 de novembro de 1984
Editado pela Secretaria Geral Nacional
Redação: Altino Dantas e Bernardo Kucinski
Diagramação: Antonio Sérgio Rodrigues
Distribuição: João Salles, Alberto dos Santos e João Batista

PT mantém plano de mobilização popular

*Por um programa mínimo de mudanças
Pela formação de uma frente de defesa da democracia
Contra a transição conservadora e seu colégio eleitoral*

A última reunião do Diretório Nacional reafirmou o Plano de Ação pela criação de uma frente contra as eleições indiretas e pela formulação de um programa mínimo de reivindicações populares. Eis os 11 pontos do plano:

1 - Criar comissão de alto nível para discutir a articulação de uma frente permanente de defesa da democracia e de um programa mínimo de mudanças sociais e institucionais, com ANDES, UNE, OAB, ABI, CUT, SBPC, CONAM, PDT e setores do PMDB.

2 - Promover reuniões de organismos regionais e nacionais do PT com dirigentes e entidades sindicais e de movimentos populares, para discutir ações conjuntas e formas de articulações com a luta institucional.

3 - Conclamar dirigentes e entidades sindicais e populares a utilizarem permanentemente seus meios de comunicação para denunciar o Colégio Eleitoral e a transição conservadora, e para levantar o programa de lutas.

4 - Tentar transformar os comitês supra-partidários estaduais em frentes políticas, ainda que sob direção de entidades, para lutarem pela democracia e por mudanças econômicas e sociais.

5 - Investir na ação de militantes

petistas dentro do movimento sindical; remeter documentos políticos do PT a todas as entidades sindicais.

6 - Apoiar a luta da CUT contra decretos que não concedam reajustes salariais de 100 por cento do INPC para todos os trabalhadores; encaminhar junto com a CUT as campanhas pela jornada semanal de 40 horas, pelo reajuste salarial trimestral, salário desemprego e reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.

7 - Estabelecer um cronograma de viagens de dirigentes do PT por todo o país como parte da campanha de mobilização; não limitar-se a comícios abertos.

8 - Preparar manifestações de repúdio ao Colégio Eleitoral no dia 15 de janeiro.

9 - Prosseguir com o boicote à regulamentação do Colégio, através de manobras parlamentares e judiciais.

10 - Preparar o programa nacional de TV e programas estaduais para o dia 15 de janeiro.

11 - Integrar a bancada federal do PT num plano de trabalho com o objetivo de oferecer propostas institucionais condizentes com o programa de mínimo de reivindicações populares e do programa de 10 pontos do PT.

CAMPANHA FINANCEIRA Balanço até outubro

Há quatro meses atrás, todos os assinantes do Boletim Nacional receberam um apelo do companheiro Lula, para que contribuíssem financeiramente com o partido.

Muitos responderam ao chamado. Até o dia 25 de outubro, chegaram contribuições de 21 estados, enviadas por 544 companheiros totalizando Cr\$ 11.135.559. A distribuição é a seguinte:

SP: 6.250.000; RJ: 780 mil; MG: 411; RS: 328; GO: 307; PR: 255; BA: 238; SC: 175; AC: 150; CE: 115; PB: 102; MS: 57; RO: 45; ES: 41; SE: 40; MA: 31; AM: 25; PE: 23; DF: 20; PA: 3 mil; e PI: 3 mil cruzeiros. Continuem contribuindo.

BOLETIM NACIONAL Pague o que puder

Como os companheiros sabem, o BN é distribuído gratuitamente. A partir desta edição, nossa tiragem passa a 70.000 devido à grande expansão do Partido. Uma tiragem que amplia em muito nossos custos.

Por isso que estamos solicitando a todos os assinantes que contribuam com o BN. Quem não puder, continuará recebendo normalmente o Boletim; quem puder, envie o dinheiro para nossa sede, por carta, em nome do BN; ou deposite no Banco Itaú - Ag. 414 (SP), na conta nº 16.996-1, em nome de Francisco C. Weffort.

IMPRESSO



Orgão Informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores - Rua Desembargador Guimaraes, 72 - CEP 05002 - São Paulo - SP

BOLETIM NACIONAL

